

APRESENTADO POR **ANJL** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JOGOS E LOTERIAS



Charmaine Hogan, que hoje atua na Playtech, nos telões do seminário “Desafios pós-regulação do mercado de apostas”

Especialista internacional indica tecnologia e diálogo como chaves para regular bets

Charmaine Hogan, que atuou na política de Jogos e Apostas da União Europeia, abriu o evento “Desafios pós-regulação do mercado de apostas”, promovido pela ANJL

É fundamental haver diálogo entre todos os atores envolvidos no mercado de apostas de quota fixa, conhecidas como bets, para chegar a uma regulação que proteja o apostador e não impeça o desenvolvimento do setor. Essa é a opinião da maltesa Charmaine Hogan, diretora global de Relações Governamentais da Playtech, empresa líder em tecnologia para jogos de apostas e uma das mulheres mais influentes do mundo no setor de iGaming, na palestra de abertura do seminário “Desafios pós-regulação do mercado de apostas”. Nesse processo, ela acredita também que a tecnologia deva ser fortalecida para que seja possível entender os sinais emitidos por cada jogador.

Promovido pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) no dia 14 de agosto, em São Paulo, o evento foi produzido pela Editora Globo e recebeu onze especialistas que se dividiram em três painéis.

O evento foi pensado para debater as melhores práticas no setor das bets neste ano e meio de mercado regulado. É um tempo ainda curto, se comparado com outras jurisdições, mas que deixa o Brasil em um momento muito especial, na visão de Charmaine Hogan:

— O Brasil é um caso muito interessante porque está começando a regulação agora e coloca uma ênfase muito grande na

proteção aos consumidores. A importância do que está acontecendo é que a gente tem dados e tecnologia para analisar jogadores individualmente, interagindo com eles. O risco, quando eles não são olhados de forma individual, é ter uma proteção muito alta para uns e baixa para outros. O Brasil está fazendo um trabalho excelente nesse sentido — disse Hogan.

Com experiência no desenvolvimento de políticas públicas para o setor, atuando em nome da União Europeia, Charmaine aponta para o que considera outro ponto crucial no desenvolvimento de mercados regulados.

Segundo ela, os jogadores costumam escolher a marca porque confiam nela, não só porque ela está no mercado licenciado.

— Para lutar contra o mercado ilegal, devemos criar confiança no mercado legal, tendo o bom funcionamento dos pagamentos. Os reguladores têm que garantir que estão fazendo o suficiente, endereçar as questões básicas, entender o motivo de existir um mercado ilegal na sua indústria, no seu país — afirmou.

O EXEMPLO QUE VEM DE FORA

Como está começando praticamente agora, o Brasil pode olhar para outros

mercados. A ideia, porém, é buscar soluções que se adaptem à realidade brasileira. Hogan lembrou o desafio que enfrentou ao trabalhar com mercados europeus para ajudar a construir a ponte entre a indústria e os reguladores.

— Criamos dados, fizemos pesquisas, para que os reguladores entendessem que uma coisa é ter políticos com boas intenções e outra é que as regras funcionem. Tem que existir uma espécie de compliance das leis, e para isso é importante que as regras sejam claras. É importante que haja confiança mútua — disse a especialista.

Hogan citou mercados, como Dinamarca e Grã

Bretanha, que conseguem uma taxa de canalização — indicador que mede a porcentagem de apostas feitas em sites licenciados — de 80% a 90%. Para ela, esse resultado é alcançado quando há diálogo entre reguladores, operadores e todos os stakeholders. E destaca que é importante enfrentar a pergunta: por que existe mercado ilegal na indústria do país?

O universo atual das operadoras mostra que elas podem ter atitude proativa no cuidado com os seus jogadores. Hogan acredita que isso pode criar uma abordagem sustentável, dividindo a responsabilidade sobre os apostadores.

“Os reguladores têm que garantir que estão fazendo o suficiente, endereçar as questões básicas, entender o motivo de existir um mercado ilegal na sua indústria, no seu país”

“O Brasil é um exemplo interessante porque está começando a regulação agora e valoriza a proteção dos consumidores. A importância do que está acontecendo é ter dados e tecnologia para analisar cada jogador”

Charmaine Hogan, diretora global de Relações Governamentais da Playtech



APRESENTADO POR

ANJL
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE JOGOS E LOTERIAS

“Somos os maiores interessados no combate a esse mercado criminoso, e daí vem nosso esforço para ajudar, o que fazemos de várias maneiras, inclusive com laboratórios e pesquisas”



Plínio Lemos,
presidente da ANJL



“Acho muito importante o debate que estamos fazendo neste painel porque é com conhecimento que vamos começar a acabar com o mercado ilegal. Estamos liderando essa discussão aqui na América Latina”



Giovanni Rocco,
secretário nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte do Ministério do Esporte



“Somente a partir de uma discussão pública às claras e de uma diferenciação que separe as casas reguladas das ilegais será possível, cada vez mais, falar de bets sem precisar sentir vergonha das bets”



Luís Otávio Veríssimo Teixeira,
presidente do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva (STJD)



No primeiro painel, Plínio Lemos, presidente da ANJL; Luiz Otávio Veríssimo Teixeira, presidente do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva; e Giovanni Rocco, secretário nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte do Ministério do Esporte

O desafio de combater imagem negativa e empresas ilegais

Brasil propõe criação de tratado latino-americano para prevenir manipulação de resultados e fraude no esporte, diz secretário de Apostas Esportivas

O presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), Plínio Lemos, abriu o primeiro painel do seminário com uma crítica ao discurso que está orientando o debate sobre o mercado regulado das bets. Segundo ele, circulam muitas inverdades, que mancham a imagem das empresas e acabam por fortalecer o mercado ilegal.

— Não podemos deixar que as narrativas falsas ganhem força. Temos que prestigiar a empresa regulada, que está aqui como concessionária, acreditando no Brasil, e separá-la das ilegais, que não têm responsabilidade alguma. Somos os maiores interessados em que esse mercado criminoso seja combatido — afirma Plínio, lembrando que o setor faz um grande

esforço para ajudar o governo. — Atualmente, estamos ajudando a aparelhar a Polícia Federal.

A mesa do primeiro painel foi composta também por Giovanni Rocco, secretário nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, do Ministério do Esporte e por Luís Otávio Veríssimo Teixeira, presidente do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). Rocco elogiou a iniciativa da ANJL junto à Polícia Federal, que tem entre suas atribuições o combate às empresas clandestinas, que são criminosas. Recentemente, a Lei 15.480, sancionada pelo governo federal, determina que 3% da arrecadação das apostas deve ir para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das

Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol).

Rocco disse que é muito importante o debate do painel, que tratou dos avanços e dos desafios do setor, porque “é com conhecimento que vamos acabar com o mercado ilegal”. Ele lembrou que o Brasil formalizou um pedido de adesão à Convenção de Macolin, tratado europeu para prevenir a manipulação

de resultados e fraudes no esporte. E anunciou que o país quer liderar, na América Latina, uma convenção com o mesmo objetivo.

— A líder de compliance e integridade da Conmebol, Graziela Garay, virá ao Brasil para dar início a essa agenda. É uma contribuição para a proteção da integridade dos resultados — disse Rocco.

Luís Otávio Veríssimo lembrou que o Brasil é referência como o país que mais puniu a ilegalidade nas apostas a partir de operações do Ministério Público e da Polícia Civil e Federal no contexto de manipulação de resultados. O problema é encontrar os criminosos que não têm rosto:

— Tanto para o STJD quanto para o governo federal e para a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), é importante saber

com quem se está conversando, daí a necessidade do mercado regulado, que tem associações (como a ANJL). Os problemas são comuns, mas é preciso sentar à mesa e olhar nos olhos um do outro para resolvê-los — disse Veríssimo.

O presidente do STJD corroborou o que Plínio Lemos disse no início do painel, lembrando que é preciso tomar cuidado para não contaminar o mercado regulado com acusações infundadas.

— Hoje, dos 20 clubes da série A, 14 têm patrocínio máster de bets e outras formas indiretas de incentivo. A partir de uma discussão pública às claras e de uma diferenciação que separe as casas reguladas das ilegais, será possível, cada vez mais, falar de bets sem sentir vergonha das bets — disse Luís Otávio Veríssimo.

A LEI 15.480 DESTINA 3% DA ARRECADAÇÃO DAS APOSTAS AO FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL

Regulação deve ser guiada por análises precisas, diz economista



Guilherme Mendes Resende,
do IDP: análise técnica da MR Consultoria Econômica

Em apresentação que se seguiu à abertura do seminário, o economista Guilherme Mendes Resende, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), comentou uma análise técnica elaborada pela MR Consultoria Econômica do estudo sobre o impacto das apostas de quota fixa no endividamento das famílias brasileiras. Para ele, esse tipo de análise deve ser precisa para não levar a equívocos no processo de regulação.

— É preciso tratar melhor a questão do mercado legal e ilegal quando fala sobre endividamento e deixar claro um dado que o estudo não coloca precisamente, que é o gasto das famílias com as bets. O gasto líquido, e não

bruto, como foi colocado. Para fazer uma análise mais precisa é necessário utilizar base de dados que consiga separar apostadores de não apostadores e colocar um marco temporal — disse ele.

O presidente da ANJL, Plínio Lemos, lembrou que o seminário foi idealizado como oportunidade para o esclarecimento de muitas questões:

— Eu fiz uma pesquisa na semana passada com nossos operadores: quantos apostadores, do universo atual, estão impedidos de jogar pelo programa Desenrola do governo federal? Eles disseram que a porcentagem estava entre 1,5% e 2% da base, o que mostra que as empresas reguladas praticamente não foram afetadas — disse ele.

APRESENTADO POR ANJL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JOGOS E LITERIAS

Para especialistas, aumento de imposto pode incentivar bets ilegais

Painel debate o papel da carga tributária no setor recém-regulamentado, e especialistas abordam experiências de mercados internacionais



Udo Seckelman, do escritório Bichara e Motta; Eric Brasil, da LCA Consultoria; Magnho José, presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Legal; e Leonardo Batista, CEO da Pay4Fun

No segundo painel da manhã, que debateu sobre “Carga tributária e sustentabilidade do setor — desafios de um ecossistema recém-regulamentado”, o advogado e head do Departamento de Gambling e Cripto do escritório Bichara e Motta, Udo Seckelmann, citou um estudo feito pela Copenhagen Economics, empresa europeia de consultoria econômica, a pedido do governo sueco. Esse estudo concluiu que existe um ponto ótimo de tributação para o mercado regulado de apostas de quota fixa: 15% sobre a receita bruta de apostas (GGR na sigla em inglês). Seckelmann comparou a conclusão com o nível atual de taxação das bets no Brasil e disse que o trabalho mostra como não comprometer o sucesso de uma regulamentação do mercado.

— Se estamos partindo da premissa, com base nessa análise, de que 15% a 20% é

uma tributação ideal, e de que o Brasil já ultrapassa, como sabemos, 40%, com perspectiva de aumentar essa carga tributária, podemos concluir que a canalização brasileira, que hoje está perto de 50%, corre risco de ser reduzida. É preciso combater esse mercado ilegal, criar um terreno fértil para atrair os apostadores brasileiros para o regulamentado. Esse não é um estudo novo (foi feito no ano passado), mas sempre gosto de trazer em palestras porque é importante que pessoas fora da nossa bolha conheçam e ajudem a refletir a respeito — explicou Udo Seckelmann.

Na mesma linha de raciocínio, o CEO da Pay4Fun, Leonardo Batista, apresentou dados sobre arrecadação tributária do mercado regulado. Segundo ele, aumentar os impostos pode ser um caminho fácil para direcionar os consumidores para o mercado ilegal.

— O Brasil fez um trabalho fantástico nesse um ano

e oito meses de mercado regulado, mas o que falta é a previsibilidade. Os operadores legais precisam saber que nada mais será feito, porque a previsibilidade é o fiel da balança. Grande parte dos nossos clientes na Pay4Fun é internacional, empresas que criaram mercado aqui, que constituíram empregos, que pagam corretamente seus impostos, mas que vivem com um ponto de interrogação gigantesco todos os dias. O mercado brasileiro é difícil de ser explicado. — disse Leonardo Batista.

ESTUDO DA CONSULTORIA EUROPEIA COPENHAGEN ECONOMICS CONSIDERA QUE 15% DO GGR É O PONTO ÓTIMO DE TRIBUTAÇÃO PARA O MERCADO REGULADO DAS BETS

A desinformação sobre o setor explica, em parte, os desafios tributários, na opinião de Eric Brasil, diretor da LCA Consultoria. Com base na curva de Lafer, ele teme que o aumento da carga tributária desestimule o consumo no mercado regulado.

— O primeiro concorrente do setor de bets regulado é o setor de bets ilegal, é o crime organizado que está correndo atrás para alcançar lucro fácil. O preço das apostas online são as odds (ver explicação abaixo) pagas, e o consumidor compara as odds das legalizadas com as do mercado ilegal. Com a digitalização, existe uma fluidez muito maior do mercado legal para o mercado ilegal que faz com que esse conceito de carga tributária ótima fique muito sensível — explicou Eric Brasil.

O executivo da LCA Consultoria lembrou ainda que o mercado digital facilita o crescimento

das bets ilegais:

— Isso acontece porque o mercado digital tem um aspecto mais fácil, mais dinâmico. Se nós ainda convivemos hoje, por exemplo, com o mercado ilegal de cigarros, que é físico, precisa ter uma distribuição, tem lojas, é fácil imaginar que a dificuldade para enfrentar o mercado digital é ainda maior — disse ele.

Magnho José, editor do BNL Data e presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Legal, entende que os desafios do setor de bets começaram muito antes, há 85 anos, tempo que perdurou a proibição do jogo no Brasil.

O executivo defendeu que o Brasil é o país que tem a melhor regulamentação para o mercado de bets do mundo, a mais restritiva e controladora, o que não impede o que ele chama de “má reputação do setor”.

— Se for proibida a nossa atividade, quem vai soltar foguetes é o mercado ilegal — disse ele.

“A tributação do setor no Brasil já ultrapassa os 40%, com perspectiva de aumentar ainda mais”



Udo Seckelmann, advogado e head do Departamento de Gambling e Cripto do escritório Bichara e Motta



“O Brasil fez um trabalho fantástico nesse um ano e oito meses de mercado regulado, mas o que falta é previsibilidade”



Leonardo Batista, CEO da Pay4Fun



“O primeiro concorrente do setor regulado de bets é o de bets ilegais, é o crime organizado, que corre atrás do lucro fácil”



Eric Brasil, diretor da LCA Consultoria



“Se a nossa atividade for proibida, quem vai soltar foguetes é o mercado ilegal”



Magnho José, editor do BNL Data e presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Legal



Glossário para entender melhor o mercado de apostas



Plateia atenta no segundo painel do seminário

Odd – Ou cotação, indica a probabilidade de um evento acontecer e define o retorno financeiro de uma aposta. Quanto menor a odd, maior a chance de o resultado ocorrer e menor o prêmio. Ou seja, o valor total do prêmio corresponde à multiplicação da odd pelo que foi apostado.

Canalização – É a taxa ou proporção de apostadores locais que utilizam as plataformas legalizadas e licenciadas no país em vez de recorrerem a sites clandestinos, do crime organizado.

GGR – É a sigla para Gross Gaming Revenue, ou Receita Bruta de Jogos, em tradução literal. É o lucro bruto do operador após o pagamento dos apostadores. Atualmente, o GGR no Brasil é de 13%, mas haverá

subidas graduais — 14% em 2027 e 15% em 2028.

Curva de Lafer – O consultor da LCA usou o conceito da curva de Lafer para explicar seu posicionamento sobre a carga tributária das bets no Brasil. Em resumo, a curva de Lafer, na economia clássica, se traduz da seguinte maneira: quando aumenta a carga de impostos, aumenta também a arrecadação do governo. Mas esse aumento de impostos pode chegar a um ponto — e essa é a ideia do economista que criou a curva de Lafer — de desestimular o consumo, fazendo com que, na prática, a base de arrecadação daquele imposto diminua. Segundo Eric Brasil, aplicada ao mercado de bets, a curva de Lafer soa como um alarme. Se a taxa de imposto aumentar muito, os consumidores podem migrar para os ilegais.

“A percepção do debate público de que o mercado regulado é um problema precisa ser revista”



Pietro Córdia Lorenzoni,
diretor jurídico da ANJL



“Qualquer projeto ou tentativa de limitar o jogo legal sem combater com a mesma intensidade o mercado ilegal é, na prática, uma forma de convivência com a ilegalidade”



Bernardo Freire,
consultor jurídico da ANJL
e sócio fundador da BetLaw



“É preciso ter uma regulação que funcione, que dê informação, mas não resulte em um bombardeio de dados que terão que ser lidos em ritmo muito acelerado no rádio, por exemplo. O setor está sendo chamado a participar desse debate”



Juliana Albuquerque,
vice-presidente executiva
do Conar



Pietro Córdia Lorenzoni, diretor jurídico da ANJL; Bernardo Freire, consultor jurídico da ANJL; e Juliana Albuquerque, vice-presidente executiva do Conar

Painel sobre proteção ao jogador destaca o papel da informação

Setor das apostas de quota fixa está sendo chamado para participar do debate e já tem usado a tecnologia para se antecipar a problemas como a ludopatia

O Brasil já começa a ser respeitado no mundo inteiro pelas normas que criou para proteger os consumidores que se divertem com apostas on-line, de acordo com advogados e especialistas nesse mercado. Com a lei 14.790 de 2023, que exige medidas de jogos mais responsáveis, os operadores estão investindo em tecnologia e avançando em ações robustas nesse sentido. No último painel do seminário, o debate foi sobre “Novos mecanismos e ações em prol do jogo responsável para a proteção ao jogador”. Estiveram presentes o advogado Pietro Córdia Lorenzoni, diretor da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL); a vice-presidente executiva do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Juliana Albuquerque; e o consultor jurídico da ANJL, Bernardo

Freire, que também é sócio fundador da BetLaw, primeiro escritório de advocacia no Brasil 100% dedicado ao mercado de apostas e jogos on-line.

Pietro Córdia disse que, por conta da excelência das normas nacionais, o tema da proteção ao consumidor não deve ser discutido necessariamente com foco na criação de novas regras:

— É preciso aplicar as regras que já existem e que têm, muitas vezes, um nível de conformidade diferente no setor regulado. Precisamos ter um entendimento mais harmônico entre as próprias empresas de bets sobre a aplicação das regras regulatórias. Hoje há empresas que divergem com relação à correta interpretação de tais regras. Tenho uma percepção muito própria: as empresas oficiais não devem dizer que vão abandonar o

mercado regulado se a regulação for muito rígida. É uma questão de princípio — disse Pietro Córdia.

O advogado lembrou ainda que a percepção do debate público de que o mercado é um problema para a sociedade precisa ser revista. E as empresas reguladas, em conformidade, podem ajudar a mudar esse cenário.

A Lei 14.790, promulgada em dezembro de 2023 pelo governo federal, instituiu um cuidado maior com o consumidor, lembrou Bernardo Freire:

— Gosto de dizer que os operadores preferem receber R\$ 10 de vários apostadores do que R\$ 1 mil de um jogador e perder esse cliente se algo não funcionar bem. Por isso, hoje precisamos de toda tecnologia, de toda inteligência artificial possível, para nos anteciparmos a algum problema que os clientes

possam ter. Tenho que ter uma inteligência prévia, por exemplo, para identificar a hipótese de ludopatia. São problemas que a população nem sempre identifica — disse ele.

O advogado acrescentou que o combate ao jogo ilegal faz parte da proteção ao consumidor:

— Qualquer projeto ou tentativa de limitar o jogo legal, sem combater com a mesma intensidade o mercado ilegal, é, na prática, uma forma de convivência com a ilegalidade — disse Bernardo Freire.

Nesse sentido, especialistas afirmam que a publicidade também precisa ser responsável e direta. Juliana Albuquerque, do Conar, disse que as informações sobre o impacto das atividades são necessárias para que o consumidor tome a decisão adequada, o que assegura tranquilidade

também ao anunciante.

— Durante a Copa do Mundo, em julho, o governo federal determinou a inserção, nas publicidades do setor, de frases sobre restrição etária, impacto causado pela atividade e número de autorização de funcionamento. O que está sendo discutido agora é como isso será dito nos diferentes formatos. É preciso ter uma preocupação com uma regulação que funcione, que dê informação, mas que também não resulte em um bombardeio de dados que terão que ser lidos em ritmo muito acelerado no formato rádio, por exemplo. Além do mais, precisamos que cem milhões de influenciadores brasileiros entendam a mensagem e ajudem a propagá-la. O setor das apostas de quota fixa está sendo chamado e tem oportunidade de participar desse debate — disse Juliana.

País criou regras e ajudou a influenciar o mundo

O torneio mundial de futebol foi um momento em que a veiculação das propagandas de bets estiveram em evidência. Para os operadores e para quem ajuda a legislar, foi também a ocasião perfeita para testar as mensagens, seus impactos e o formato dos anúncios. O Reino Unido aproveitou para divulgar um relatório de monitoramento de publicidade de apostas que Juliana Albuquerque considera “um trabalho espetacular”, já que foi usada tecnologia para fazer um confronto e ver se as regras estavam sendo cumpridas.

— Eles conseguiram um nível de conformidade muito alto, cumprindo esse desafio. Isso nos dá esperança porque aqui ainda estamos vendo muitos anúncios de bets ilegais, sem conformidade com nenhuma regra, e problemas também no setor regulado, que eu entendo que

se podem atribuir ao volume das mensagens. Hoje ouvimos e vemos propaganda de bets o tempo todo, principalmente nas redes sociais. É preciso sistematizar isso — avaliou Juliana Albuquerque.

Todo o setor das bets, junto com o Conar e outras cadeias de criação de publicidades, se une para olhar o quadro internacional. Nesse sentido, conclui-se que o Brasil cresceu muito em 2023, criou rapidamente as regras e acabou influenciando o mundo. Tanto que um quadro trazendo todos os princípios foi vertido para o inglês.

— Hoje temos um quadro mundial na instância global de autorregulação da publicidade que foi criado no Brasil por necessidade, porque aqui o mercado realmente expandiu de forma muito rápida. Mas temos também que assegurar a aplicação desse quadro — finalizou Juliana Albuquerque.



“Só a regulamentação pode resolver os problemas do setor”

Um dos segredos para o sucesso das normas e dos regulamentos que norteiam hoje a atividade legal de apostas de quota fixa no Brasil é que as associações de operadores se sentaram com o governo federal e acharam uma solução conjunta. Como consultor jurídico da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), Bernardo Freire tem acompanhado esse processo. O advogado entende que a atividade pode oferecer alguns problemas, mas garante que só a regulamentação pode resolvê-los: — Você pode ser até contra o jogo de apostas, mas mesmo quem é contra é a favor da regulamentação — disse ele, na entrevista que se segue.

Qual a importância do seminário para as empresas reguladas de apostas de quota fixa?

Bernardo Freire – É muito importante, sobretudo em um momento como esse, de questionamento do setor, para trazer a realidade dos números. Tem muita informação equivocada, divulgada por alguns espaços de mídia para tentar derrubar um setor que exerce uma atividade econômica como outra qualquer e que, se for impedido, pode gerar um problema ainda maior.

A atividade envolve alguns riscos, como ludopatia e endividamento. Como lidar com eles?

Advogado diz que sucesso das normas foi conseguido porque houve atuação conjunta entre empresas de bets e governo federal



ELAIO SANTANA

O advogado e consultor jurídico da ANJL Bernardo Freire foi um dos palestrantes do seminário: “É um evento importante para trazer a realidade dos números”

eu ponho uma mecânica mais complexa, perco para o ilegal.

Os dados que mostram uma queda (ver página 6) no acesso ao mercado ilegal são animadores?

Bernardo Freire – Sim, mas já estamos identificando um aumento no pós-Copa. Um crítico do setor comentou outro dia em um artigo: como posso ser contra as bets legais se eu conheço todos os problemas das bets ilegais? Eu, como bet legal, faço tudo para educar, ponho avisos, excluo, ajudo no combate às bets clandestinas. A ANJL destinou R\$ 1,5 bilhão para a Polícia Federal, para combater o crime organizado. Mas, se aqui ao lado eu tenho uma empresa ilegal que não paga imposto, não dá emprego, não deixa um real ganho aqui no Brasil, eu vou ter um problema. Por isso um evento como o seminário promovido pela ANJL é importante: nós queremos educar, mostrar o que fazemos de verdade.

A publicidade ajuda?

Bernardo Freire – O Conar fez um ótimo trabalho no tema junto com as associações, apresentou dados, trouxe o debate. É muito importante mostrar que o jogo de apostas é diversão, é entretenimento, não é para ficar rico. Por isso os alertas são importantes.

Panorama do mercado brasileiro de apostas de quota fixa

Desempenho

no 1º semestre de 2026 (*)

87 empresas e **188** plataformas autorizadas a funcionar

30,9 milhões de CPFs únicos apostaram

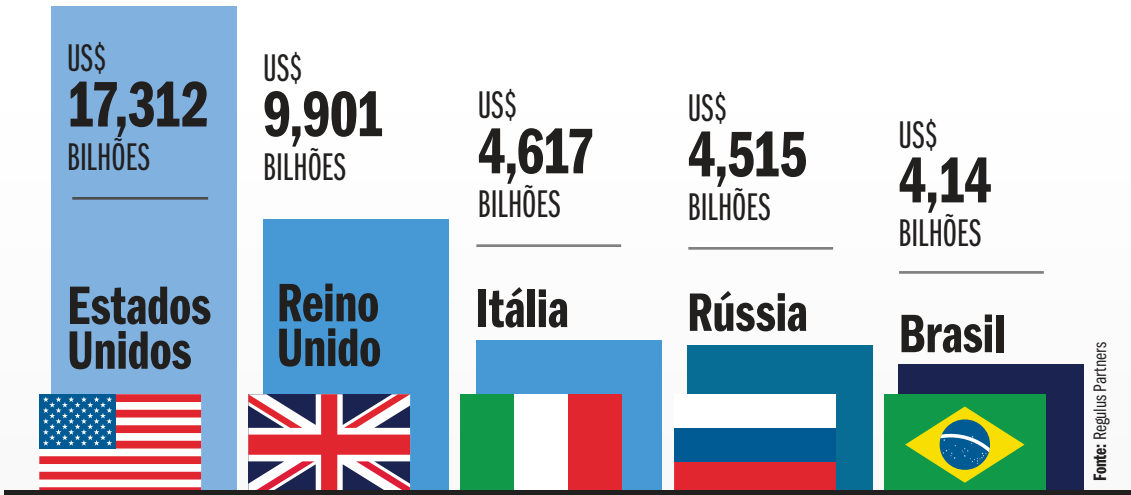
+9,84% sobre 2025

A receita bruta das bets (GGR, na sigla em inglês) do mercado regulado alcançou **R\$ 20,07 bilhões** no primeiro semestre de 2026, com crescimento de **15,3%** em relação ao mesmo período de 2025. Sobre esse montante, os operadores pagam contribuição de **13%**. Abaixo, a destinação dos recursos:

Esporte	- 36%
Turismo	- 28%
Segurança Pública	- 13,6%
Seguridade Social	- 10%
Educação	- 10%
Ministério da Saúde	- 1%
Polícia Federal	- 0,5% (*)
Entidades da Sociedade Civil	- 0,5%
ABDI	- 0,4%

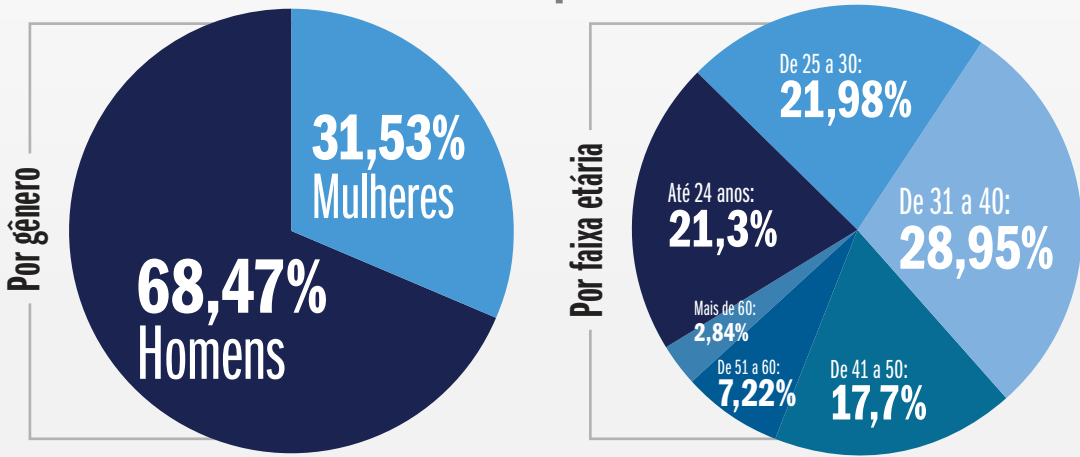
Fonte: Lei 13756/2018

O Brasil é o 5º maior mercado de bets do mundo em receita



Fonte: Regalis Partners

Perfil do apostador (*)



Fiscalização

dados de 2025

132 processos de fiscalização

412 processos de fiscalização contra influenciadores digitais

229 conteúdos removidos

324 perfis removidos

25 mil URLs bloqueadas

+217 mil autoexclusões

Fonte: Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda

(*) Números obtidos pelo BNL Data junto à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda através da Lei de Acesso à Informação

MINISTÉRIO DA FAZENDA ADVERTE: APOSTA NÃO É INVESTIMENTO. PROIBIDO PARA MENORES DE 18 ANOS.

CONTEÚDO PATROCINADO PRODUZIDO POR G. lab

ENTREVISTA • ERIC BRASIL, DIRETOR DA LCA CONSULTORIA

Pesquisa mostra menor participação das empresas clandestinas no mercado

Ainda assim, dados evidenciam que o país ainda está distante do topo do ranking de jurisdições que têm conseguido melhores resultados no combate à prática dos criminosos

O estudo “Dimensionamento e combate do mercado ilegal de apostas no Brasil”, realizado pela LCA Consultoria, com base nos dados da pesquisa “Incidência de apostas ilegais no Brasil”, do Instituto Locomotiva, a pedido do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), mostrou que a participação das bets ilegais no mercado brasileiro diminuiu entre o primeiro semestre de 2026 e o mesmo período de 2025 (ver quadro abaixo). No entanto, o mesmo estudo mostra que ainda existe um longo caminho a percorrer para o país se igualar a jurisdições que estão no alto do ranking das que têm menos apostadores no mercado ilegal, como Irlanda (3%), Suécia (6%) e Reino Unido (8%).

Para o economista Eric Brasil, diretor da LCA Consultoria, a redução proporcional do mercado ilegal é o reflexo de tudo o que vem sendo feito para combatê-lo. — O Brasil está pagando um preço alto por ter ficado tantos anos (de 2018, quando as bets foram autorizadas, até 2023, quando começou o processo de regulação) permitindo que casas de apostas ilegais operassem no país.

Na entrevista a seguir, ele analisa a pesquisa e as

medidas que têm sido tomadas para acabar o problema:

O estudo fala em pessoas “elegíveis ao mercado ilegal”. Pode explicar esse conceito?

Eric Brasil – Elegemos quatro critérios que diferenciam os ilegais: biometria facial, pagamento com cartão de crédito (que é proibido), com criptoativos (também proibido) e ausência do domínio bet.br. Se a pessoa respondesse positivamente a pelo menos dois desses critérios ela era considerada elegível para o mercado ilegal. Foram 2.291 entrevistados em maio de 2026, e constatou-se que diminuiu a participação do mercado ilegal no universo das apostas on-line: em 2025 era de 41% a 51% e, em 2026, também no primeiro semestre, baixou para 38% a 44% (com 10 pontos percentuais de intervalo). A má notícia é que ainda estamos longe de chegar ao topo do ranking dos países que têm menos sites criminosos.

Por que é importante fazer um estudo como esse?

Eric Brasil – O mercado ilegal é um problema para o governo e para as casas de apostas legais. Ele reúne tudo o que tem de pior: não protege o consumidor, financia o crime organizado, não paga

FLAVIO SANTANA



Eric Brasil acha que a diminuição das clandestinas é o reflexo de tudo o que vem sendo feito pelo governo e pelas operadoras

organizado no meio, porque é um mercado que tem custo relativamente baixo. E tem plataformas estrangeiras que começaram a operar no Brasil de forma irregular porque era permitido. As grandes marcas, ao contrário, só entraram no mercado quando ele foi regulado.

Você acha que esse quadro poderá ser revertido no Brasil?

Eric Brasil – Eu entendo que o melhor caminho é o governo fazer campanhas massivas, explicando a diferença entre o mercado ilegal e o legal. Isso não significa que o governo vai promover a aposta, mas vai promover o comportamento responsável dos apostadores, que passa também por selecionar a casa de apostas. Só que nenhum país do mundo acabou com o mercado ilegal; é como o combate ao tráfico de drogas: o trabalho precisa ser constante.

Não tem receita?

Eric Brasil – O que se sabe é que as casas reguladas precisam ser competitivas. Isso passa pela carga tributária, que quando é muito alta faz com que a casa diminua o prêmio pago, e passa a ser menos atraente para o jogador. Irlanda e Reino Unido têm taxaço menor que a brasileira.

tributos, não investe na economia nacional. Mas, para combatê-lo, é preciso conhecer um pouco mais o tamanho desse problema, o perfil dos apostadores e como esses sites chegam até eles.

Por que o Brasil, mesmo com tantas normas, ainda tem tantos sites ilegais?

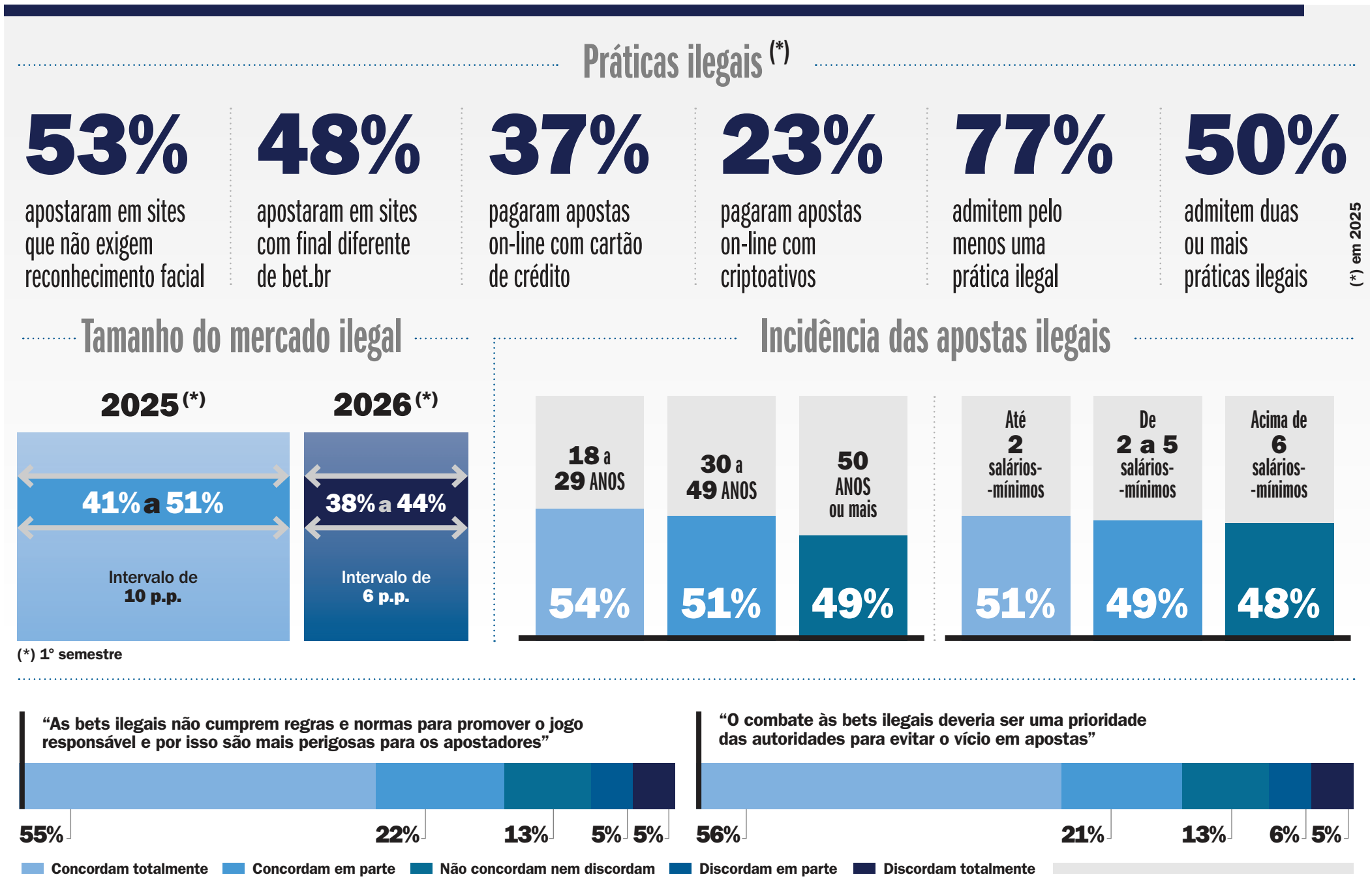
Eric Brasil – O país levou muito tempo para regular o

mercado, ficou cinco anos deixando os sites ilegais trabalharem as marcas, fazerem contato com os consumidores. Hoje eles não podem mais fazer isso: quando o mercado foi regulado, eles tiraram os sites do ar, pois senão a marca seria derrubada. Mas continuam mandando o link dos jogos para os contatos que fizeram nesse tempo em que operaram livremente

aqui. Agora eles propagam suas atividades nas redes sociais, mandam o link para o Whatsapp das pessoas. O combate a essas práticas é uma corrida de gato e rato.

É possível ter ideia de quem são as pessoas que operam esses sites ilegais?

Eric Brasil – Não temos certeza, mas pressupomos, com base em outros mercados, que tem crime



Fonte: Estudo “Dimensionamento e combate do mercado ilegal de apostas no Brasil”, com dados da pesquisa “Incidência de apostas ilegais no Brasil” do Instituto Locomotiva • Amostra: Entrevistas com 2.291 jogadores de apostas esportivas ou cassinos on-line nos últimos três meses • Período de campo: Maio de 2026